

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Cicero Aparecido da Silva
Matheus Rodrigues dos Santos
Maurício Nunes de Lima
Oracy Fortunato da Silva

**Ocupações irregulares, no bairro cinturão verde, projeto
rocinhas familiares na cidade de Ilha Solteira - SP**

Ator: Prefeito da Cidade de Ilha Solteira

Santo André
2016

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Cicero Aparecido da Silva
Matheus Rodrigues dos Santos
Maurício Nunes de Lima
Oracy Fortunato da Silva

**Ocupações irregulares, no bairro cinturão verde, projeto
rocinhas familiares na cidade de Ilha Solteira - SP**

Ator: Prefeito da Cidade de Ilha Solteira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Comissão Avaliadora
como exigência parcial para obtenção
do certificado de conclusão do curso
de Especialização em Estado,
Políticas Públicas e Gestão de
Entidades da Sociedade Civil, pela
Fundação Santo André.

Orientadora: Alessandra Atti

Santo André
2016

SUMÁRIO

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	4
1.1. Fluxograma.....	6
2 NÓS EXPLICATIVOS.....	7
2.1 Identificação dos nós críticos.....	15
2.2 Análise dos Nós Críticos.....	16
3 ÁRVORE DO PROBLEMA.....	19
3.1 Nós Críticos e Ações para Solucionar.....	20
4 PLANO DE AÇÃO.....	22
5 ANÁLISE DE ATORES.....	25
6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES.....	34
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A cidade de Ilha Solteira é uma das poucas cidades do Brasil que foram planejadas, pela CESP (Companhia Elétrica de São Paulo), para que os trabalhadores construtores da maior Usina Hidroelétrica do Estado de São Paulo, pudessem se alojar (morar). Dona de uma infraestrutura invejável, todos os trabalhadores moravam ali, todas as casas com água, rede de esgoto, asfalto, energia, telefone, três clubes para diversões dotados de toda infraestrutura, para todos os tipos de esportes e lazer, onde eram frequentados pelos trabalhadores e seus familiares.

No ano de 1975 veio se instalar em Ilha Solteira ainda distrito da cidade de Pereira Barreto, a Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP, com cursos de Engenharia Elétrica, engenharia Civil e mecânica e ainda Agronomia. Foi quando a partir de então começou a pensar em emancipar Ilha Solteira, que alojou os trabalhadores para construção da Hidroelétrica e trazer outros cursos, já que tínhamos uma universidade do porte da UNESP. A emancipação aconteceu no ano de 1993, quando então tivemos o primeiro prefeito eleito pelo agora Município de Ilha Solteira.

Diante desse histórico, vimos a importância pelo qual escolhemos o problema, a ser estudado neste trabalho de TCC. Uma cidade planejada nos mínimos detalhes, com uma arrecadação invejável, caiu na mão de um prefeito populista que se aproveitou de toda infraestrutura que tinha, era só dar continuidade e seguir o projeto existente, mas fez o contrário, destruiu grande parte da infraestrutura da cidade, desalojando áreas centrais onde morava a população mais carente e deixando construir qualquer tipo de moradias. Com o fim das obras e já sem emprego, aqueles moradores que não conseguiram comprar suas casas, começaram a morar em lugares não adequados como as rocinhas familiares, tudo isso com consentimento da administração que por sua vez ainda incentivava, doando telhas, tijolos, tábuas velhas e muitas das vezes água encanada mesmo que clandestina.

Essa que já foi a ilha dos sonhos, pois todos que a conhecia queria vir morar aqui, pela garantia da segurança que tinha, hoje começa a se transformar na ilha do

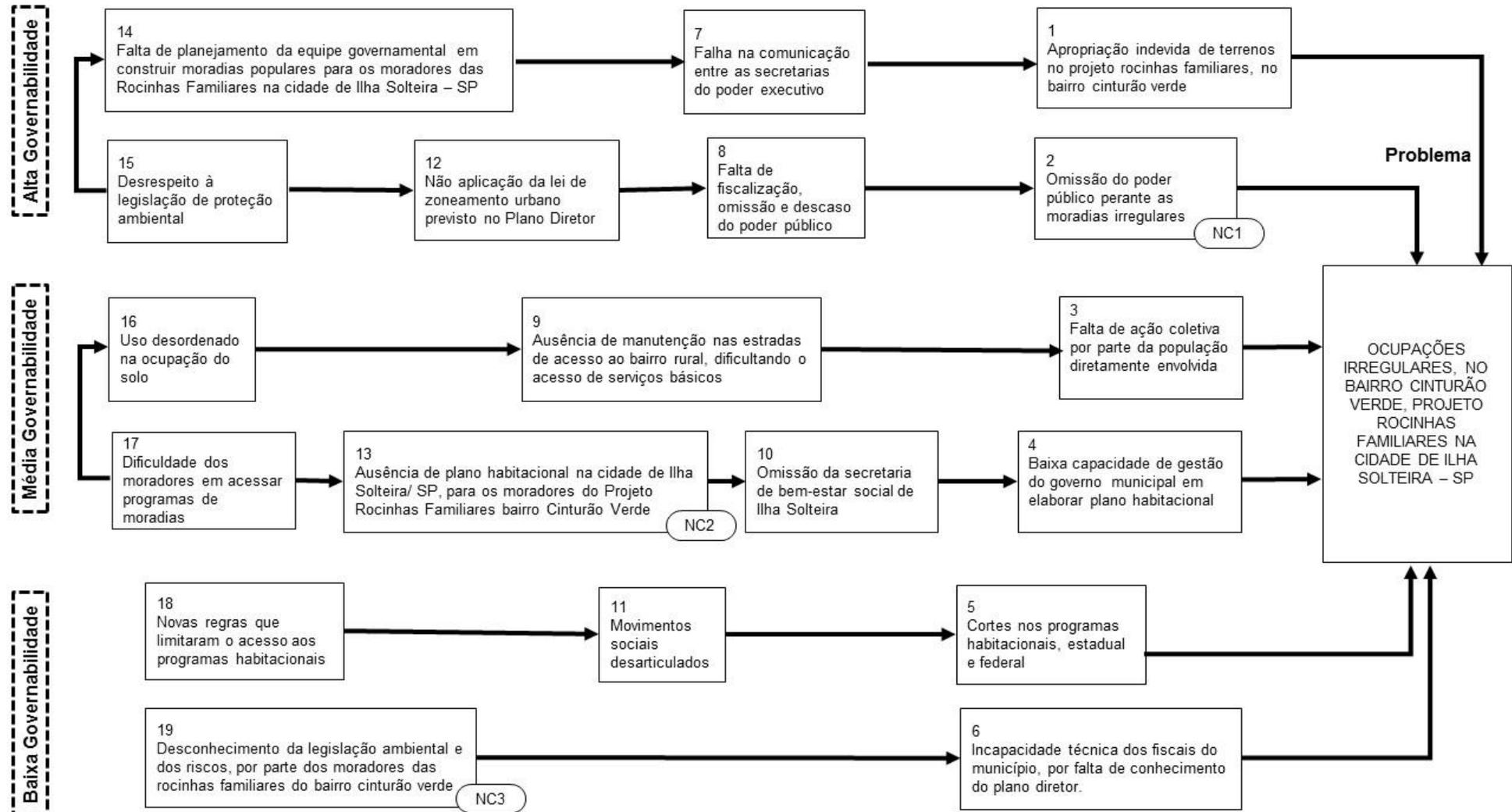
pesadelo, pois, após se emancipar, suas novas demandas começaram a acumular, não foram resolvidas e como já tinha uma arrecadação invejável, as administrações que assumiram o poder nunca fez nada para que pudéssemos ter outras fontes de recursos que não fossem só os do (ICMS) que se arrecada com venda da energia da Usina Hidroelétrica da qual já nos pertence, a nossa Ilha cresceu e com ela todos os problemas das grandes cidades também foram aos poucos aparecendo, tais como: tráfico de droga, roubos, mortes e a falta de moradias para a inclusão dos menos favorecidos.

Vale ressaltar que, o projeto para o qual buscamos solução, já se arrasta há vários anos, e tem feito parte de vários programas de governo, portanto até hoje não foi resolvido, isso tem causado muito descrédito para os governantes e para toda equipe de governo, os moradores das rocinhas familiares não acreditam mais nas administrações públicas, preferindo recorrer ao Ministério Público, com isso a administração está correndo riscos e perda de confiança nas políticas apresentadas.

Com a não resolução desse problema, todos os moradores do bairro cinturão verde, projeto rocinhas familiares, continuam com todos os problemas sociais já descritos anteriormente, como falta de água potável e saneamento básico, estradas em situações precárias e falta de energia elétrica, em fim sem infraestrutura adequada para que o cidadão possa viver de acordo com os direitos que lhes asseguram a nossa Constituição Federal, também lhes trazendo grandes riscos econômicos, pois morando em um terreno irregular, não pode ter suas notas de produtores e perde de vender para a Prefeitura, através do programa do Governo Federal como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), aqueles produtos que eles colhem, tais como, hortaliças, feijão, mandioca, para as suas subsistências e sobram, programa voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do País.

1.1 Fluxograma

Problema: Ocupações irregulares no bairro Cinturão Verde, projeto rocinhas familiares na cidade de Ilha Solteira-SP
Ator: Prefeito da Cidade de Ilha Solteira



2 NÓS EXPLICATIVOS

Trata-se de uma metodologia que tem como objetivo construir um mapa cognitivo a respeito de uma determinada situação-problema, elaborado a partir de Matus (1994). Este mapa pode ser considerado, para todos os efeitos, como um modelo descritivo de uma realidade complexa sobre a qual, num momento normativo posterior, elaborar-se-ão políticas especificamente voltadas a alterar a configuração atual descrita.

A Metodologia de diagnóstico de situações, enfim, busca viabilizar uma primeira aproximação aos conceitos adotados para a gestão estratégica pública e ao conjunto de procedimentos necessários para se iniciar um processo dessa natureza numa instituição de governo.

O foco da ação estratégica é tornar possível, no futuro, o que hoje parece impossível e manter atenção sobre que é mais importante fazer para se atingir objetivos traçados. Nossa concepção de gestão implica, portanto, em planejar para construir viabilidade.

A gestão estratégica pode ser entendida como uma composição de quatro momentos

Os “nós explicativos” de um fluxograma (encadeamento de causas ou cadeias causais da situação-problema) sobre os quais se pode atuar com eficácia prática, são denominados “Nós Críticos”.

A gestão estratégica exige o compromisso de se atuar sobre problemas e situações como algo preciso e operacional. De outra maneira, a reflexão como suporte à tomada de decisões não leva à ação efetiva prática como visto na metodologia de diagnóstico de situações, a explicação estruturada de um problema processado apresenta um encadeamento de causas organizadas como regras, acumulações ou fluxos. São afinal, os nós explicativos dos problemas. Já os nós explicativos das cadeias causais, sobre os quais se pode atuar com eficácia prática, são denominados Nós Críticos.

Um fluxograma bem feito, aliás, deve responder às perguntas:

- Como e onde atuar para mudar a descrição de um problema?

- Essa mudança será suficiente para alcançar os objetivos perseguidos?

Nós Críticos são os nós explicativos de um fluxograma que cumprem simultaneamente as seguintes condições:

- a) Devem ser centros práticos da ação, isto é, o ator que declara o problema pode atuar prática, efetiva e diretamente sobre eles sem precisar atuar sobre suas causas;
- b) Se resolvidos ou desatados, terão alto impacto sobre o problema declarado;
- c) Devem ser centros oportunos de ação política, ou seja, seu ataque é politicamente viável durante o período definido pelo ator como relevante e a ação possui uma relação custo-benefício favorável.

Para melhor precisar um nó crítico é preciso descrevê-lo de forma a torná-lo monitorável e restringir a ambiguidade possível nas interpretações a ele referidas.

Com a seleção dos nós críticos de uma cadeia explicativa do problema ou situação, enfim, o diagnóstico está concluído. Os nós críticos escolhidos indicam os centros onde se deve dar a ação de gestão sobre a situação (MATUS, 1993).

Neste trabalho foram levantados 19 nós, dos quais temos os seguintes nós explicativos:

(NE3) – Falta de ação coletiva por parte da população diretamente envolvida - A população que reside no Projeto Rocinhas Familiares, bairro Cinturão Verde da cidade de Ilha Solteira – SP estão há vários anos sofrendo em moradias irregulares, por vários motivos. Primeiro porque a cidade de Ilha Solteira era um “celeiro de empregos”, porém com o fim das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, a grande maioria daqueles que se aposentaram ou perderam seus postos de serviços, tentaram continuar na cidade, no entanto, nem todos tiveram condições de adquirir a sua casa própria. Este é um efeito comum em qualquer lugar onde se constrói um grande empreendimento, quando termina a obra grande parte da mão de obra é demitida ou transferida para outro lugar. Com isso a falta de habilidade daquele grupo em buscar o coletivo, para que pudessem acertar se de fato ali poderia ser usado ou não como local para moradia, não o fizeram, muito pelo contrário cada um procurava construir o seu barraco escondido

para que o outro não soubesse, frente a um poder Público fraco e conivente com todas aquelas mazelas que estavam acontecendo, e muitas das vezes ainda incentivados por políticos inescrupulosos que ainda os ajudavam com tijolos, areia, telhas e ainda com várias ligações clandestinas de água encanada em troca de votos nas eleições. Começando aí o grande problema das moradias irregulares, numa das poucas cidades planejadas do Brasil, mas que o seu planejamento não foi levado a sério após a sua emancipação.

(NE1) – Apropriação indevida de terrenos no projeto rocinhas familiares, no bairro cinturão verde - Sendo analisado com muito cuidado fica até difícil de descrever esse nó explicativo, pois quando foi criada as Rocinhas Familiares e também o Cinturão Verde, foi assim uma das Políticas Públicas daquele tempo, ainda na ditadura militar, que foi vista com bons olhos, tanto pelos aposentados ocupantes dos lotes, como pelos moradores e funcionários nas empresas de construção da usina hidroelétrica de Ilha Solteira, pois tudo foi feito com muito cuidado, com regras bastante claras, para que ninguém confundisse os direitos de cuidar daquele pedaço de terra com ter direito na posse daquela terra, pois havia ali várias placas grandes que estavam escritos todos os direitos e deveres daqueles que ocupavam os lotes e que com o seu trabalho tiravam dali o complemento para sustentação do seu lar. Todos sabiam que aquela área era área de segurança Nacional e que os terrenos não podiam ser vendidos, negociados ou trocados por nada, quando você não queria mais ia na administração e entregava o seu lote que era imediatamente entregue, com um novo contrato para outro ocupante, isso até quando a Ilha Solteira se emancipou, a partir daí começou e continua todas as irregularidades que culminou com as apropriações indevidas, contratos de gaveta feito direto entre os ocupantes das áreas, trocas, vendas, negociatas, aquele que sabia que só poderia ter um terreno, já comprou outros dois, três e tendo pessoas que chegam a ter 6 terrenos tudo na clandestinidade.

(NE2) – Omissão do poder Público perante as moradias irregulares - Essa causa já foi bastante discorrido, pois a mesma é considerada um dos Nós Críticos (NC), e com certeza ao longo das descrições teremos a oportunidade de ver que a omissão do poder Público é com certeza a principal causa e motivo por existir um problema dessa magnitude na cidade de Ilha Solteira. Foi o maior responsável por tudo o que está acontecendo nas Rocinhas Familiares e no

Cinturão Verde, por omissão, por irresponsabilidade, por maldade, para que essa maldade se tornasse benéfica mais tarde, sempre pensando nos votos para ganhar eleições. Quando o Poder Público deixa de fazer a sua parte é comum que as Políticas Públicas não dão certo e é o que está acontecendo com as moradias irregulares em Ilha Solteira, deixaram de fazer o mínimo que era dar continuidade, deixando que as coisas continuassem como era nos moldes antigo da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que não teria moradores nas rocinhas familiares, pois os primeiros habitantes daquele local eram instruídos para não fazerem casas lá. Hoje temos problemas com os moradores, a Prefeitura tem problemas com o Ministério Público (Promotoria), e a cidade deixa de ser aquela cidade onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que já foi o nono no Estado de São Paulo, passe a ser o trigésimo, ou seja, um pequeno problema se transforma numa tragédia.

(NE12) – Não aplicação da lei de zoneamento urbano previsto no plano diretor - A lei de zoneamento que consta do plano Diretor, muito embora seja nova em relação ao início da formação das rocinhas familiares, pois o plano diretor; Lei Complementar nº 151 de 1 de julho de 2008, ano em que foi sancionado, é mais um instrumento que poderia ser usado para acabar com as moradias irregulares nas Rocinhas Familiares do Bairro Cinturão Verde, pois além de constar que o município de Ilha Solteira não poderá construir barracos ou favelas, ainda consta que as moradias devem ser em lugar seguro, casas de alvenaria, com toda infraestrutura, ou seja, água, esgoto, asfalto, energia elétrica, saúde e educação. Portanto, mais uma vez a demonstração de que o poder Público falhou e continua falhando, por não querer aplicar as regras que já existem e que são muito claras dentro do município de Ilha Solteira, hoje já se tornou uma questão de cidadania, que só não é observado pelo Poder Público Municipal.

Para demonstrar que as Leis não são aplicadas veja o que diz o Plano Diretor:

Capítulo II dos Princípios, Art. 5º. A política urbana do Município de Ilha Solteira tem como princípios específicos: IV – a implementação de uma reforma urbana objetivando a igualdade social com utilização de instrumentos urbanísticos inovadores; V – a proteção dos segmentos sociais sujeitos a discriminação, por meio de políticas públicas específicas de gênero, raça, etnia, sexo, cor e idade; X -

uma política habitacional de acesso a terra urbanizada e a moradia digna, com diversidade nos programas e projetos;

(NE4) – Baixa capacidade de gestão do governo municipal em elaborar plano habitacional - Com o passar do tempo acredito que todos os seres vivos terão que ir se adaptando cada um no seu habitat, e o poder público, seja ele através do governo federal, do Governo Estadual ou do Governo Municipal não pode ser diferente, também tem que ir tomando conhecimentos dos seus problemas, ir capacitando a sua equipe para que possa, no decorrer dos mandatos resolverem ou dar encaminhamento para resolução dos problemas, muitas das vezes encontrados, deixados pelas gestões anteriores e outras vezes criadas nas próprias gestões como é o caso das moradias irregulares nas Rocinhas Familiares do Bairro Cinturão Verde na Cidade de Ilha Solteira – SP. Nesse caso tem se demonstrado que a capacidade de gestão do governo municipal em elaborar plano habitacional é muito baixa, pois, ao longo desses vinte e três anos de emancipação do Município de Ilha Solteira, criaram o problema que não existia antes e até hoje não conseguiram solucionar, e olha que já foram feitos vários planos habitacionais nesse município, mas como está escrito no próprio Plano Diretor, dando todas as condições para as moradias dignas as gestões que passaram e a que está no poder ainda não conseguiu descobrir o que pode ser feito, pode mudar essa situação e incluir esses moradores num plano habitacional que talvez nem precise que seja específico só para eles.

(NE6) – Incapacidade técnica dos fiscais do município, por falta de conhecimento do plano diretor - Porque já citamos o Plano Diretor várias vezes e vamos continuar citando, por ser ele um instrumento novo, obrigatório em todas as cidades do Brasil e que dá todas as diretrizes do que pode e do que não pode fazer, um instrumento moderno de inclusão, democrático e que foi feito com a participação de toda sociedade organizada, onde os seus membros são escolhidos por votos dentro das entidades do município. Portanto o Plano Diretor de uma cidade poderia ser até tema de aula nas escolas, para que todos os munícipes saibam da sua importância, dos seus direitos e dos seus deveres, mas como isso não é feito, temos os próprios fiscais do município, que não tem lá muita intimidade com o Plano Diretor. Aí vêm mais um acúmulo de problemas que ao invés de serem resolvidos, vão jogando para frente, pois não tem como você aplicar e exigir as

regras muito claras, mas que você não conhece, é como você conduzir uma máquina moderna de última geração, que faz de tudo, mas sem o seu conhecimento técnico, não serve para nada, não produz e ainda temos que colocar a culpa em alguém pela deficiência, que não é da máquina, mas sim do operador que não se preparou para operar toda aquela inovação e aí vem a ineficiência, é o que está acontecendo com os fiscais do município de Ilha Solteira.

(NE14) – Falta de planejamento da equipe governamental em construir moradias populares para os moradores dos bairros Rocinhas Familiares e Cinturão Verde - Em uma administração o planejamento é que vai demonstrar se aquele governo vai se cumprir com todas as suas promessas de campanha ou não. Há um ditado popular que diz:

Quem planeja tem planos e pode até construir, mas quem não planeja, não têm planos e sem planejamento com certeza nada será construído.

Isto serve para qualquer tipo de governo, seja no sindicato, nas associações, nas cooperativas, na construção da sua casa e até nas festas de fim de ano, e o que temos observado, com tantos instrumentos na mão, que hoje tem no município de Ilha Solteira, só está faltando uma equipe que planeja, que discute com a população, como e onde é o melhor lugar para que possa construir as habitações que ainda estão faltando para aqueles moradores de baixa renda, que tem um poder aquisitivo menor e que realmente necessite da sua moradia, um governo que tenha coragem de discutir com a população não só o seu problema específico, mas todas as dificuldades que barra as melhorias do município, e com certeza a população que é sábia irá sempre ajudar na escolha do que é melhor, é só planejar.

(NE17) – Dificuldade dos moradores em acessar programas de moradias - Com certeza haverá alguns Nós Explicativos (NEs), que a sua descrição ficará muito parecida com outras, por motivos simples, nas descrições teremos que explicar melhor essas relações causais e há várias relações muito parecidas, nesse caso aqui já foi descrito em outros Nós, que na cidade de Ilha Solteira já foram elaborados e até executados vários planos habitacionais, mas o poder público não se atentou para que o programa pudesse atender também esses moradores das Rocinhas Familiares do Bairro Cinturão Verde, num conjunto de erros de comunicação entre os vários setores da cidade para solucionar um problema que traz outras complicações, para o setor de saúde, setor de educação e

principalmente o setor de transporte, pois entre aqueles ocupantes moradores dos lotes, existe várias crianças que por lei são obrigadas a frequentar a escola e passar por acompanhamento médico, pois muitos deles recebem Bolsa-família. Imagine você, esses moradores considerados clandestinos, que passa por todas essas dificuldades no dia-a-dia para sobreviver, sem ter qualquer tipo de tecnologia, de comunicação social como internet, ou outros meios para acessar programas, e assim continua as dificuldades quem poderia levar até eles a solução seria o poder Público, que no entanto, fecha os olhos deixando o problema se alastrar por vários anos, assim sendo o grande prejudicado são os moradores, que pouco ou muito pagam seus impostos e não vêem o retorno de um centavo se quer, como obrigação de quem recebe os impostos.

(NE8) – Falta de fiscalização, omissão e descaso do poder público -

Porque estamos falando de falta de fiscalização, pois só se fiscaliza se existir algo a ser fiscalizado, e no caso das moradias irregulares nos Bairros Rocinhas Familiares do Bairro Cinturão Verde, quando foram criadas tinham regras claras, que com a emancipação da cidade de Ilha Solteira, entrando o poder Público municipal, deixou de lado um programa que era interessante para os aposentados que deixavam de trabalhar e não tinham mais o que fazer, tantos que muitos deles têm as suas rocinhas até hoje e cumprem com todos os deveres do qual foi feito o contrato ainda nos anos 80. Mas com a entrada do poder público municipal, que não conhecia as leis que regia aqueles contratos, com a sua omissão e por que não dizer no pensamento do quanto pior melhor para que pudessem resolver os problemas individualmente, angariando assim o que lhes interessava que era e continua sendo o voto daqueles indivíduos sofredores que se apegava a qualquer coisa para se livrar do aluguel, num descaso total, sempre fazendo que aquelas pessoas vivessem de ilusão, promessas de dias melhores, promessas de regularizar os terrenos, promessas de colocar água encanada, promessas de energia elétrica que é o mote de todas as campanhas eleitorais, enganando e deixando que dezenas de pessoas continuem sofrendo, em uma cidade que foi planejada, que não tinha se quer um só desempregado, uma só família que não tivesse sua moradia e todas as moradias com cem por cento de infraestrutura, esse o legado depois de 23 anos de desmando.

(NE13) – Ausência de plano habitacional na cidade de Ilha Solteira – SP, para os moradores do projeto rocinhas familiares bairro cinturão verde - Esse é um dos três Nós do fluxograma que consideramos críticos e que agora vamos descrevê-lo como Nó Explicativo, considerando a arrecadação da cidade de Ilha Solteira, uma cidade com 25 mil habitantes, com um orçamento no ano de 2015 de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais), que para o ano de 2016 está projetado um orçamento de R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais), porque queremos justificar a arrecadação, pois é uma das maiores de toda a região, só perdendo para cidades com mais de 100 mil habitantes, e que já teve várias oportunidades de incluir os moradores das Rocinhas Familiares do Bairro Cinturão Verde, nos vários planos habitacionais que foram contemplados a cidade de Ilha Solteira. Mas por falta de vontade política o grupo que governa a cidade há mais de 20 anos até hoje ainda não o fez, por incompetência, por falta de planejamento, por achar que está levando vantagens com isso, mesmo que seja nas costas das pessoas carentes, aqui o poder Público, sempre fez de conta que iria fazer e nunca fez, por outro lado a população nunca quis mudanças e a cidade a cada dia que passa perde alguma coisa, estamos chegando ao ponto de perder parte da arrecadação que temos do ICMS da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira.

(NE19) – Desconhecimento da legislação ambiental e dos riscos, por parte dos moradores das rocinhas familiares do bairro cinturão verde - Este último Nó Explicativo, também foi escolhido pela nossa equipe como Nó Crítico (NC), vamos notar que quando as pessoas, no caso os moradores das Rocinhas Familiares e do Cinturão Verde desconhecem, a legislação ambiental, erram e insistem em continuar errando, pois se tivessem conhecimento do mal que estão fazendo para o meio ambiente e conseqüentemente para toda a comunidade Ilhense, jogando lixo na beira das nascentes, tirando a proteção natural nas áreas que seriam de preservação permanente, sufocando as nascentes, quando você retira a proteção do solo para fazer plantio, de arroz, feijão, mamona ou mesmo hortaliças, com as chuvas vem as erosões, esse solo solto através das erosões se deslocam e vai soterrar as nascentes, diminuindo as nascentes, menos córregos, menos rios e vem o fenômeno que tem acontecido no mundo inteiro menos chuvas. Vem os riscos que eles não conhecem, com a falta d'água não consegue colher os alimentos ali plantado, riscos de ser picados por animais peçonhentos, tais como

cobras, escorpiões por morar em lugar que é habitat desses animais. O Poder Público Municipal que deveria instruir esses moradores, pelo risco do qual estão sujeitos, para que não tivesse o problema bastava que cada um fizesse a sua parte.

2.1 Identificação dos nós críticos

Os Nós Críticos selecionados ao final de um diagnóstico de situação são a base para a definição das ações em um plano estratégico. Para Matus; o momento explicativo é o equivalente ao diagnóstico no planejamento normativo. É o momento de identificar, selecionar (valorando, priorizando e escolhendo), descrever e explicar problemas, apresentando e selecionando os Nós Críticos. Nó crítico é a causa do problema que tem três características: Causa cuja seleção terá impacto na solução ou minimização do problema. Causa cuja solução haja disponibilidade de recurso políticos, administrativos e técnicos. Causa cuja solução contribui para a solução de outras causas problemas. A grande diferença do método normativo é o PES consideramos a explicação de outros atores sociais, além, da nossa explicação para explicar os problemas de saúde, devemos recorrer aos sistemas de informações disponíveis, bases de dados, indicadores, inquéritos epidemiológicos, levantamentos, estimativas rápidas, oficinas de trabalho entre a equipe técnica e a comunidade. Sempre que possível os dados devem nos permitir chegar até a explicação de causas e determinantes mais remotas ou mediatas (PAIM, 2006). Se necessitarmos de informações não disponíveis partimos para a coleta de dados.

2.2 ANÁLISE DOS NÓS CRÍTICOS

2.2.1 NC1 – Omissão do poder público perante as moradias irregulares.

Por volta dos anos de 1980 a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), criou o projeto Rocinhas Familiares, que veio a ser regulamento através da Lei Municipal de nº 1069, de 22 de Setembro de 2003 e Decretos nº 3204 de 03 de Outubro de 2003 e Decreto nº 3219 de 20 de Outubro de 2003 tendo como objetivo maior, ser um espaço de lazer para aqueles funcionários que se

aposentavam, proporcionando melhor qualidade de vida aos moradores Ilhenses aposentados.

Então, foram criadas todas as regras para que pudessem ter ali um pedacinho de chão para plantar e colher algumas hortaliças que serviria para melhorar o seu cardápio do dia e até vender algumas sobras. Tais regras eram muito claras: um terreno demarcado com 120 metros de comprimento, por 25 metros de largura, onde não poderia haver construção de alvenaria de acordo com o Decreto municipal nº 3204 de 03 de outubro de 2003, Art. 2º, III:

O permissionário poderá fazer abertura de poços e construções desde que estas não sejam de alvenaria, nem ultrapasse a medida de 09 m² (nove metros quadrados), que deverá servir exclusivamente para a guarda de ferramentas e insumos, com consentimento expresso por escrito dos responsáveis técnicos da Prefeitura.

Com relação às moradias o mesmo decreto deixa claro no Art. 2º, VII:

É expressamente vedado o uso da construção para fins de moradia, seja por parte do permissionário ou de terceiros.

Não teria água encanada ARTIGO 2º, PARAGRAFO XII e não teria energia, pois ali ninguém poderia usar como moradia, e que ali passa uma torre de Alta tensão. No local tinha uma placa bem grande informando todos os direitos e deveres daqueles que recebiam o seu pedacinho de terra, ou seja era uma área que realmente não poderia ser habitada, quando o alojamento que serviu para abrigar os trabalhadores que vieram para construção da Usina Hidrelétrica foi emancipado e se transformou na cidade de Ilha Solteira no ano de 1993, começou a omissão do poder Público. Ao ver ali um grande poderio de votos, o poder público começou a fechar os olhos para as casas que se começaram a construir, ou seja, para a irregularidade das moradias.

Entendemos que a omissão do poder público é fator determinante pelo aumento exponencial das moradias irregulares nas Rochinhas familiares.

2.2.2 NC2 – Ausência de plano habitacional na cidade de Ilha Solteira/ SP, para os moradores do Projeto Rocinhas Familiares bairro Cinturão Verde

Este é também considerado nó crítico, pois a cidade já foi contemplada com

vários planos, tanto estadual como federal, para construção de habitações populares, no entanto o poder Público nunca se preocupou com o crescimento desordenado das habitações irregulares, dentro de um bairro e uma cidade que foi totalmente planejada, nunca colocou aqueles moradores projeto Rocinhas Familiares no bairro Cinturão Verde como prioridade, para que o problema de fato fosse resolvido, não os colocou dentro do plano habitacional, para que os mesmos pudessem sair dali, com um novo endereço, para uma moradia digna, com água, energia elétrica, rede de esgoto, asfalto, escola, posto de saúde, ou seja com toda infraestrutura mínima exigida por lei, para que o ser humano possa viver com dignidade.

Destarte, na medida em que todas as pessoas têm o direito à moradia assegurada como um direito fundamental e constitucional, conforme se desprende da leitura do parágrafo 2º do Art. 5º e caput do Art. 6º da constituição da república federativa do Brasil de 1988, a concretização desses direitos oportuniza a concretização de outros princípios constitucionais: a cidadania e a dignidade da pessoa humana (PAGANI, 2009).

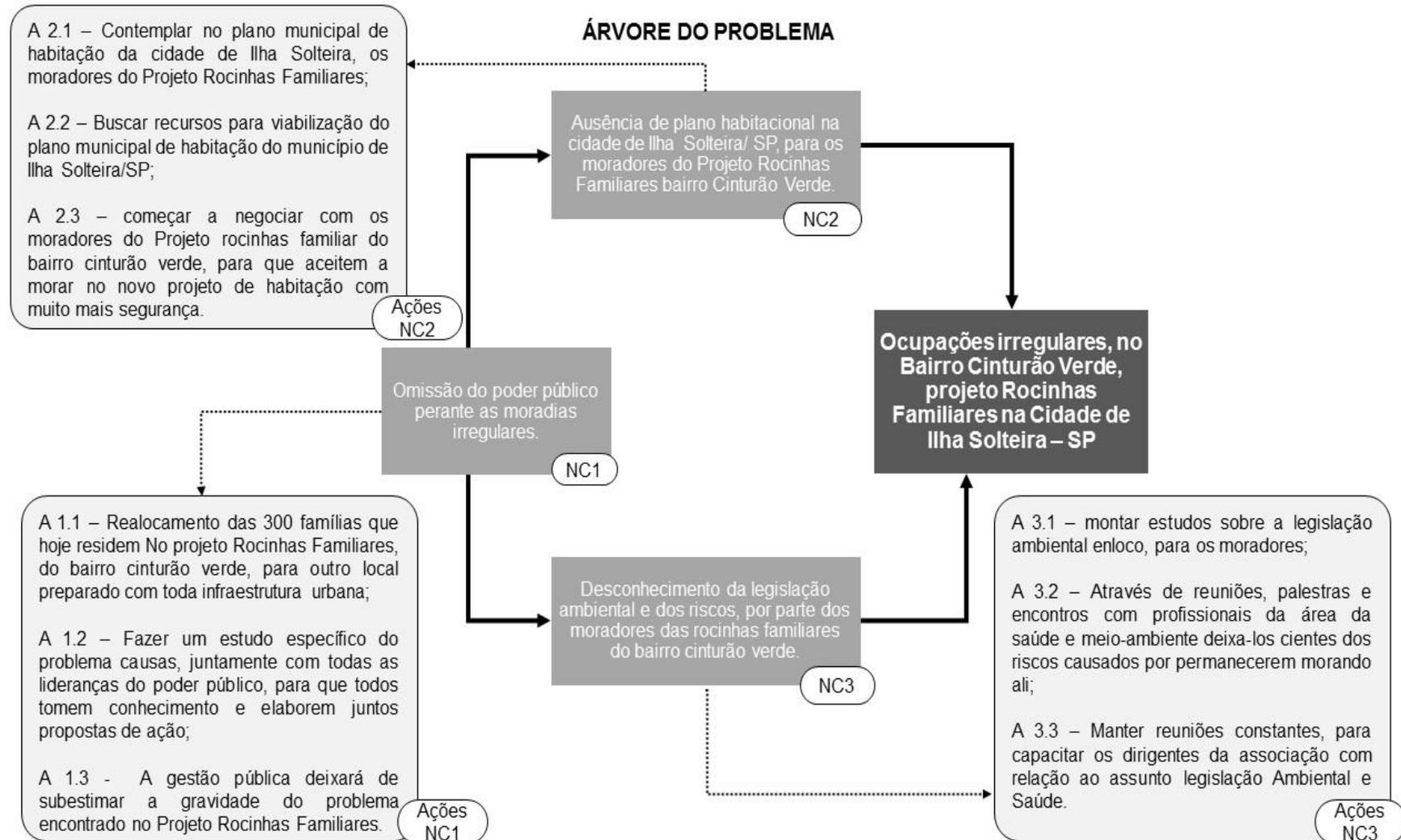
Sendo assim a falta de prioridade das políticas Públicas de uma administração, para que se resolva de uma só vez esse problema, que cada dia que passa, trás outras consequênciaS, vai se avolumando e ficando quase impossível de ser resolvido. Isso demonstra que a maioria das cidades com administrações comuns, que não trabalham com o orçamento participativo, até que descubrem os problemas, mas dificilmente resolvem, pois a comunidade interessada fica a mercê das discussões e nunca tem direito de se manifestar.

2.2.3 NC3 – Desconhecimento da legislação ambiental e dos riscos, por parte dos moradores das rocinhas familiares do bairro cinturão verde.

Conforme Funes (2005) o principal agente da exclusão territorial e da degradação ambiental é a segregação espacial, que traz consigo uma lista interminável de problemas sociais e econômicos, tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas, ocasionando assim uma perpetuação da pobreza e a ausência do exercício da cidadania.

Completa o porquê da escolha como Nó Crítico, visto que a falta de conhecimento dos moradores, junto com a omissão do poder Público e a falta de plano habitacional, traz toda sequência de erros e irresponsabilidades, hora dos moradores que insistem em morar num lugar sem o mínimo de conforto e infraestrutura, hora do poder público que não faz a sua parte, tomando todas as providências necessárias para que aqueles moradores não permaneçam ali. Se os moradores tivessem conhecimento da legislação ambiental não iriam morar ali, pois vários lotes ficam em áreas de preservação permanente, que de fato não podem ser habitadas para que não prejudique ainda mais as nascentes, as quais são várias existentes nestes dois bairros e já se encontram em um estágio muito avançado de devastação, e por outro lado os riscos que estão correndo, por estarem em um lugar de difícil acesso, sem infraestrutura e que ainda passa por ali um linhão com, 440 kv de potência que se desprender um cabo daquele é capaz de ceifar muitas vidas de uma só vez. Portanto a importância de que esse morador que não tem consciência do perigo que estão correndo por morar numa área de risco, o poder público teria de dialogar com eles, demonstrando os perigos pelo qual eles passam no dia a dia e assim convencê-los de deixarem aquelas moradias irregulares.

3 ÁRVORE DO PROBLEMA



3.1 Nós Críticos e Ações para Solucionar

Quadro 1 – Nós Críticos e Ações para Solucionar

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
NC 1 – Omissão do Poder Público perante as moradias irregulares	A 1.1 – Realocamento das 300 famílias que hoje residem No projeto Rocinhas Familiar, do bairro cinturão verde, para outro local preparado com toda infraestrutura urbana.	R 1.1 – Com esta ação estas pessoas sairão de uma área de risco e insalubre, possibilitando ao poder público desenvolver uma melhor recuperação das APP existente no local, garantido também as famílias melhores condições de vida e de saúde.
	A 1.2 – Fazer um estudo específico do problema causas, juntamente com todas as lideranças do do poder público, para que todos tomem conhecimento e elaborem juntos propostas de ação.	R 1.2 - Feito o estudo, onde todos tomarão conhecimento do problema e conseqüentemente das causas, será então constatado a gravidade do problema, o quanto este problema atrapalha o atual governo politicamente, juntará outras secretarias e o problema poderá então ser solucionado.
	A 1.3 - A gestão pública deixará de subestimar a gravidade do problema encontrado no Projeto Rocinhas Familiares	R 1.3 – Cumprirá então o TAC (Termo de ajuste de Conduta) assinado com o Ministério Público da cidade
NC2 – Ausência de plano habitacional na cidade de Ilha Solteira – SP, para os moradores do projeto rocinhas familiares no bairro cinturão verde de Ilha Solteira – SP	A 2.1 – Contemplar no plano municipal de habitação da cidade de Ilha Solteira, os moradores do Projeto Rocinhas Familiares.	R 2.1 – Com esta ação as famílias residentes na referida área terão mais condições de serem contempladas em área urbanizada com toda infraestrutura básica
	A 2.2 – Buscar recursos para viabilização do plano municipal de habitação do município de Ilha Solteira/SP	R 2.2 – Esse secretário que é o responsável pela área de habitação e urbanismo, com poderes para resolver o problema, chamará sua equipe e até outras secretarias se necessário, para buscar junto aos órgãos competentes, seja Governo Estadual ou Governo Federal ou até mesmo com orçamento próprio um projeto de habitação para o município que inclua os moradores das rocinhas familiares do bairro cinturão verde.

	<p>A 2.3 – começar a negociar com os moradores do Projeto rocinhas familiar do bairro cinturão verde, para que aceitem a morar no novo projeto de habitação com muito mais segurança.</p>	<p>R 2.3 – Os mesmos que são os responsáveis para resolver o problema, ou seja, o secretário de habitação e urbanismo, com seus funcionários, começarão a negociar com a associação que representa todos os moradores das rocinhas familiares, isto demonstrando para eles que ali é uma área de risco, que esses moradores irão melhorar as suas moradias, que sairão da área de conflito e que irão para um lugar seguro.</p>
<p>NC 3 – Desconhecimento da legislação ambiental e dos riscos, por parte dos moradores do projeto rocinhas familiares do bairro cinturão verde.</p>	<p>A 3.1 – montar estudos sobre a legislação ambiental enloco, para os moradores.</p>	<p>R 3.1 – O poder Público, colocará um membro da sua equipe, seja ele um advogado ou um professor que conheça muito bem a legislação ambiental, didático, e que consiga falar uma linguagem fácil, para que os moradores do projeto rocinhas familiares do bairro cinturão verde tenha facilidade em compreender, entender a legislação ambiental</p>
	<p>A 3.2 – Através de reuniões, palestras e encontros com profissionais da área da saúde e meio-ambiente deixa-los cientes dos riscos causados por permanecer morando ali.</p>	<p>R 3.2 – Por meio de um trabalho intenso e constante os moradores serão sensibilizados dos problemas sanitários e ambientais que envolvem a área do Bairro Cinturão Verde, sendo aos poucos convencidos em deixar o local como moradia.</p>
	<p>A 3.3 – Manter reuniões constantes, para capacitar os dirigentes da associação com relação ao assunto legislação Ambiental e Saúde</p>	<p>R 3.3 – o poder Público, prefeito, secretários, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, terão que estar diretamente ligados no dia a dia com a associação dos moradores das rocinhas familiares, pois eles se reúnem muito na associação e acreditam na direção da associação, portanto se os dirigentes da associação estiverem convictos dos riscos e conhecedores da legislação, com certeza ficará fácil negociar com todos os moradores.</p>

4 PLANO DE AÇÃO

Quadro 2 – Plano de ação

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 1.1 – Realojamento das 300 famílias que hoje residem nas Rocinhas Familiares, no bairro cinturão verde, para outro local preparado com toda infraestrutura urbana.	1.1.1– Providenciar o local para onde será locada as 300 famílias	Um engenheiro responsável da secretaria de obras.	30 dias	Secretário de obras
	1.1.2- Calcular o valor necessário para a construção das casas E CONSTRUIR AS CASAS	Um funcionário da área de finanças	30 dias	Secretário de finanças e Secretário de obras
A 1.2 – Fazer um estudo específico do problema causas, juntamente com todas as lideranças do do poder público, para que todos tomem conhecimento e elaborem juntos propostas de ação.	1.2.1 – contratar assessoria especializada no assunto para esclarecer o problema causa para as lideranças	2 Funcionário da área financeira	30 dias	Secretária de Educação e de bem estar social e secretário de finanças
	1.2.2- tirar todos os moradores, que moram em situação irregular	Assistentes sociais	3 anos	Secretárias (os) de assistência social, obras, educação e Diretor de meio ambiente.
A 1.3 - A gestão pública deixará de subestimar a gravidade do problema encontrado no Projeto Rocinhas Familiares	1.3.1- Fazer um levantamento de todos problemas de saúde dos moradores do local e as possíveis relações com a insalubridade ali existente	Equipe formada por agentes de saúde e da vigilância sanitária	3 meses	Secretária Municipal de Saúde
	1.3.2 Elaborar um cadastro socioeconômicos das famílias do projeto Rocinhas Familiares.	Equipe de assistência social	2 meses	Secretária de Bem estar social

A 2.1 – Contemplar no plano municipal de habitação da cidade de Ilha Solteira, os moradores do Projeto Rocinhas Familiares.	2.1.1- Fazer o projeto contemplando todos os moradores do projeto	Chefe de gabinete do Prefeito	2 meses	Prefeito, e o responsável pela seção de projetos
	2.1.2 – Aprovar o projeto junto a câmara de vereadores	Um coordenador, de relações públicas	2 meses	Prefeito e vereadores
A 2.2 – Buscar recursos para viabilização do plano municipal de habitação do município de Ilha Solteira/SP.	2.2.1 – ver qual o valor que precisa e quanto está o juro no caso de empréstimo.	Funcionário que trabalha no financeiro	1 mês	Secretária de finanças e Secretário de Obras
	2.2.2 – ver junto ao governo Federal a possibilidade do projeto minha casa minha vida	Um funcionário que trabalha na área de projetos	3 meses	Secretário de obras, Diretor de desenvolvimento, Secretário de Finanças e Diretor de agronegócios
A 2.3 – começar a negociar com os moradores do Projeto rocinhas familiar do bairro cinturão verde, para que aceitem a morar no novo projeto de habitação com muito mais segurança.	2.3.1 – montar grupos de discussão sobre o projeto	3 assistentes sociais	4 meses	Secretária de assistência Social e Diretor de Planejamento
	2.3.2 – levar 50 famílias para conhecer o novo local onde irão morar	Funcionários do Transporte com Ônibus	1 mês	Diretor de Transportes
A 3.1 – montar estudos sobre a legislação ambiental in-loco, para os moradores.	3.1.1 – montar um grupo de estudos	3 professores da área ambiental	3 Meses	Secretária da Educação
	3.1.2 – levar um curso sobre a legislação ambiental para os moradores do projeto rocinhas familiar	1 Biólogo que trabalha na área ambiental e 2 engenheiros agrônomos	6 meses	Diretor de meio ambiente
A 3.2 – Através de reuniões, palestras e encontros com	3.2.1 – montar grupos para discutir os riscos	2 funcionários da área de saúde e 1 da área	2 meses	Diretor de Meio Ambiente e Secretária de saúde

profissionais da área da saúde e meio-ambiente deixa-os cientes dos riscos causados por permanecerem morando ali.		ambiental		
	3.2.2 – Convencer a todos das dificuldades local, que eles ficando ali não vai melhorar	1 funcionário da saúde, 1 do meio ambiente e uma assistente social	2 meses	Secretária de Saúde, Diretor de Meio Ambiente e Secretária de Assistência Social.
A 3.3 – Manter reuniões constantes, para capacitar os dirigentes da associação com relação ao assunto legislação Ambiental e Saúde	3.3.1- Grupos de estudos com pessoal da Associação	1 profissional da saúde, 1 professor e 1 profissional do Meio Ambiente	2 meses	Diretor de Meio Ambiente, Secretária de Saúde e Secretária de Educação
	3.3.2 – grupo de conscientização para que queiram sair daquele local	Pessoas muito esclarecidas	3 meses	Secretária de Educação

5 ANÁLISE DE ATORES

NC 1: Omissão do Poder Público perante as moradias irregulares

Ação 1.1: Realojamento das 300 famílias que hoje residem no bairro Rocinhas Familiares, para outro local preparado com toda infraestrutura urbana

Quadro 3 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1. Prefeito municipal	Controla todas as secretarias, inclusive a financeira	Não tem se dedicado o quanto deveria e usado o poder que têm para resolver	Colocando todos os seus subordinados para resolver o problema	Não fazendo a sua parte e não colocando o seus subordinados para resolução do problema	Alguém da sua confiança mostrar que se resolvido o problemas ele só tem a ganhar
A 2 – Diretor de Agronegócios	É o responsável por toda a área do projeto das rocinhas familiares	Parece que tem vontade de resolver os problemas, mas não se dedicou o suficiente	Colocando todos os seus técnicos e assessores a disposição do Diretor para trabalharem na área de conflito	Não tomando as atitudes que deveria ter tomado, deixando só no faz de conta	Mostrar que o Diretor tem condições e poderes para solucionar o problema
A 3 – Secretário de Obras e Serviços Públicos	Controla todas as obras do município, públicas ou terceirizadas, tem todos os equipamentos, tais como: máquina moto niveladora, trator, caminhões, ônibus etc...	Está totalmente hostilizada, praticamente fora do problema, na qual esse secretário pode ajudar muito	Esse secretário tem que entrar nesse jogo e jogar, pois, tem muitos funcionários que podem ajudar	Não sendo utilizada para ajudar a resolver o problema	Trazê-los para ajudar a resolver os problemas

Ação 1.2: Fazer um estudo específico do problema causas, juntamente com todas as lideranças do poder público, para que todos tomem conhecimento e elaborem juntos propostas de ação.

Quadro 4 – Análise de atores

Tor	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1. Secretária de Educação	Equipe especializada de professores	Desconhecimento do problema	Trazendo para fazer parte da equipe de resolução	Ficando fora da equipe	Fazer um trabalho para trazer a secretária de Educação para ajudar nos trabalhos
A 2 Secretário de finanças	Todas as finanças do Município	Não tem dinheiro o suficiente para todo o projeto	Trazendo o secretário de finanças para o jogo e arrumando o restante da verba para o projeto	Deixando o secretário de finanças fora do projeto	Trazendo esse secretário para o projeto e dando todas as condições para atuar
A 3 Secretária de bem estar social	Profissionais capacitados da área social	Não estão conectados com as ações	Trazendo todos os assistentes sociais para ajudar a resolver a ação	Se eles ficarem acéfalos ao trabalho que tem que ser realizado	Dar para eles a responsabilidade para preparar e mobilizar as lideranças

Ação 1.3: A gestão pública deixará de subestimar a gravidade do problema encontrado no Projeto Rocinhas Familiares

Quadro 5 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1. Secretária municipal de saúde	Profissionais qualificados na área da saúde	Não estão em sintonia com o projeto de habitação popular	Trazendo dados que irão subsidiar as discussões e convencimento da população envolvida	Ficando fora do projeto	Demonstrar para a secretária de saúde a importância de se manter a qualidade de vida dos moradores deste bairro
A 2. Secretária de bem-estar social	Profissionais da área de assistência social	Pouco envolvimento com a realidade mencionada e, portanto, dificuldade em entrar em sintonia com os moradores deste bairro	Fazendo o levantamento proposto minuciosamente e trazendo dados que irão contribuir com o projeto	Ficando inerte a situação e não cumprindo com o proposto pelo poder público	Mostrando que sem o envolvimento da Secretária e seu trabalho o projeto se torna inviável

NC 2: Ausência de plano habitacional na cidade de Ilha Solteira – SP, para os moradores do projeto rocinhas familiares no bairro cinturão verde de Ilha Solteira – SP.

Ação 2.1: Contemplar no plano municipal de habitação da cidade de Ilha Solteira, os moradores do Projeto Rocinhas Familiares.

Quadro 6 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1 – Prefeito Municipal	Controla todas as (os) secretárias (os)	Não consegue uni-las para trabalharem juntas	Fazendo um trabalho junto as (os) secretárias (os)	Ficando fora e não ajudando nos trabalhos	Esse ator é muito importante, ele tem que querer que as coisas aconteçam, ele tem que estar junto
A 2 – Diretor da seção de projetos	Engenheiros e técnicos aptos para desenrolarem projetos	Falta comando nessa equipe	Colocando toda a equipe sobre o comando de quem conhece e quer desenrolar os projetos	Continuando com a equipe sem comando e fora do projeto	Que tenha alguém que saiba da importância dessa seção e coloque os profissionais para desenvolver projetos
A 3 – Vereadores	São os responsáveis para poder aprovar os projetos do executivo	Falta de interesse pela causa e depende do Prefeito Municipal mandar o projeto para a câmara	O prefeito Municipal mostrando para os vereadores a necessidade do projeto	Se os vereadores não entenderem o projeto e votarem contra, não aprovando o projeto	O prefeito deverá estabelecer um diálogo com os vereadores para aprovar o projeto

Ação 2.2: Buscar recursos para viabilização do plano municipal de habitação do município de Ilha Solteira/SP.

Quadro 7 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1. Secretário de finanças	Toda arrecadação do município e convênios	Dificuldades em acessar programas sociais de moradia	Buscando conhecimento dos convênios para que seja dada continuidade dos projetos	Ficando inerte a busca de recursos para os programas de habitação	Demonstrar que o município não tem verbas suficientes para o projeto e, portanto tem que buscar recursos convênios
A 2. Diretor de desenvolvimento	Plano municipal de habitação e plano diretor	Recursos humanos escassos e baixa participação popular para desenvolver os planos municipais	Aumentando a equipe técnica e incentivando a participação popular	Se não cumprir prazos com agilidade e não tiver compromisso com os demais atores	Montando uma equipe tecnicamente preparada e compromissada
A 3. Diretor de Agronegócios	Infraestrutura e logística na área de desenvolvimento rural	Falta de controle e precariedade dos equipamentos que possui	Estando com equipamentos em condições de uso e equipe técnica preparada para atender os moradores daquele bairro	Não oferecendo dados com relação aos moradores do bairro, e não participando da elaboração do plano de habitação	Inserir no plano de habitação dando condições para ajudar na construção do plano de habitação

Ação 2.3: começar a negociar com os moradores do Projeto rocinhas familiares do bairro cinturão verde, para que aceitem a morar no novo projeto de habitação com muito mais segurança.

Quadro 8 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A1. Secretária de Assistência Social	Vários profissionais preparados da área social para negociar	Não estão integrados ao projeto, por isso tem dificuldades.	Colocando-os para dentro do projeto, para ajudar nas negociações.	Ficando longe das negociações	Os responsáveis pela resolução do problema, mostrar para a Secretária e sua equipe a importância deles no projeto
A2. Diretor de Planejamento	Toda parte de profissionais que planejam os trabalhos	Seus profissionais não estão no projeto desde o início	Trazendo todos esses profissionais para o projeto	Planejamento é tudo sem eles a obra não anda	Mostrando para esse diretor a sua importância dentro desse projeto
A 3. Diretor de Transportes	Toda frota e equipamentos para os transportes	Não sabem o que está acontecendo com respeito a ação	Se colocando a disposição para ajudar a resolver a ação	Dizendo que não tem como ajudar, colocando dificuldades.	Trazendo esse Diretor, para dentro do projeto, pois ele tem todos os equipamentos que vai precisar

NC 3: Desconhecimento da legislação ambiental e dos riscos, por parte dos moradores do projeto rocinhas familiares do cinturão verde

Ação 3.1: montar estudos sobre a legislação ambiental in loco, para os moradores.

Quadro 9 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1. Secretária de Educação	Profissionais da área educacional	Podem não estar preparado para essa área	Preparando-os como educadores para adentrar ao projeto	Não querendo e não se preparando para ajudar nessa ação	Colocar que essa responsabilidade é da secretária, que equipe que irão montar os estudos
A1.Diretor de meio ambiente	Poucos profissionais qualificados na área ambiental	Falta profissionais pois a demanda ambiental é muito grande	Colocando os poucos que tem a disposição para resolução da ação	Ficando só na defensiva dizendo que são poucos os profissionais e entrando no jogo	Demonstrando que seus poucos profissionais são importantes na resolução dessa ação
A 3.- Diretores da Associação dos moradores do projeto rocinhas familiares	Controle e conhecimentos de todos os moradores do projeto rocinhas familiares	Falta de conhecer melhor os problemas que os envolvem	Se colocando a disposição para que a ação seja feita	Não querendo e não ajudando os seus associados a ajudarem na ação proposta	Demonstrar para os Diretores responsáveis pela associação que a solução de todo esse problema passa pela sua boa vontade

Ação 3.2: Através de reuniões, palestras e encontros com profissionais da área da saúde e meio-ambiente deixa-los cientes dos riscos causados por permanecerem morando ali.

Quadro 10 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A 1. Diretor de Meio Ambiente	Profissionais da área ambiental	Poucos profissionais, e nem todos estão por dentro dessa ação	Preparando-os para juntos com outras áreas mostrar aos moradores os riscos	Não querendo contribuir se preparar para ajudar a resolver essa ação	Demonstrar para esses profissionais que eles são os responsáveis, pois ali há várias áreas de proteção ambiental.
A 2. Secretária de Saúde	Muitos profissionais e agentes que podem fazer a diferença nessa ação	Não conhecem muito bem essa ação proposta	Trazendo todos esses profissionais, tais como os agentes de saúde que conhecem os moradores.	Se não entrar na ação os profissionais que conhecem bem os moradores e seus problemas	Demonstrando para a secretária o quanto eles são importantes para resolver essa e outras ações
A 3. Secretária de Assistência Social	Profissionais habilitados para trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade	Não estavam no projeto desde o início e, portanto desconhecem.	São profissionais que pegam com muita facilidade o que tem que fazer, portanto são importantes.	Não fazendo parte da equipe e colocando seus profissionais a serviço do projeto	Mostrar para essa Secretária a sua importância dentro do projeto e trazendo-a com toda equipe para o projeto.

Ação 3.3: Manter reuniões constantes, para capacitar os dirigentes da associação com relação ao assunto legislação Ambiental e Saúde

Quadro 11 – Análise de atores

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
A1. Diretor de Meio Ambiente	Funcionários qualificados para a área	São poucos os funcionários	Contratando e qualificando mais funcionários para compor a equipe	Não cedendo os seus poucos funcionários para ajudar na ação	Atuar junto ao Prefeito municipal para que de mais condições para esse diretor
A 2. Secretária de Saúde	Muitos profissionais bastante qualificados	Depende da secretária para que possam se dedicar a essa ação	A secretária colocando todos os seus funcionários para ajudar a solucionar essa ação	Se os profissionais não fizerem parte da equipe que vai capacitar os dirigentes	Mostrando para a secretária o quanto os seus profissionais são importantes para resolver essa ação
A 3 secretária de Educação	Muitos profissionais capacitados	Todos em salas de aula ficam difíceis, sair para outras tarefas fora da escola.	Que esses profissionais também estejam disponíveis para outras tarefas fora da sala de aula	A secretária não autorizando que esses profissionais vão ajudar na ação	Demonstrar para a secretária que seus profissionais precisam ajudar nessa nova tarefa, pois é muito importante para o governo como um todo

6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

Quadro 12 – Análise de riscos e fragilidades

Perguntas Orientadoras	Análise da equipe
<p>1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?</p>	<p>Todas as ações propostas para equacionar os nós críticos, são para melhoria da qualidade de vida das famílias, que atualmente residem de forma precária no projeto Rocinhas Familiar. Sendo assim, dificilmente resultarão em efeitos indesejáveis. Contudo, os moradores da referida área residem neste local há muitos anos o que poderia gerar uma certa resistência pra serem retirados de suas moradias para um novo projeto habitacional, mesmo tendo a certeza de que o novo local teria toda infraestrutura necessária.</p>
<p>2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>Pensando no bem-estar das famílias que residem no Projeto Rocinhas Familiares do Cinturão Verde, todos aspectos técnicos e jurídicos propostos foram observados de forma a beneficiar esses munícipes no futuro loteamento onde serão remanejados. Porém, mesmo sendo remanejados para local com infraestrutura completa, tal medida poderá ser encarada como impopular, pois no local onde residem atualmente além de moradia, todos moradores têm um pedaço de terra para cultivar hortaliças, frutas, e pequenos animais.</p>
<p>3 – Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>Embora todas as ações elaboradas para resolver as causas, foram cuidadosamente pensadas para oferecer bem estar aos moradores envolvidos, o projeto apresenta alguns pontos fracos, dentre os quais destacamos como principal ponto fraco a dificuldade em elaborar um plano habitacional que satisfaça os interesses dos munícipes envolvidos, que seja economicamente viável, e que atenda as normas técnicas.</p> <p>Para corrigir este ponto fraco é importante que sejam envolvidos na elaboração do projeto, representantes do bairro em questão, da associação de moradores, representantes do poder público, técnicos de todas as áreas, contratação de assessorias especializadas e todos os atores constantes no projeto.</p>

4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	<p>O poder público deve passar para a população credibilidade, que deverá ser conquistada a partir do diálogo e do cumprimento dos seus projetos defendidos em campanha.</p> <p>Envolver a população por meio de reuniões, audiências públicas e outros meios de participação popular.</p> <p>Comprometer todos os atores sociais envolvidos em especial os responsáveis pela captação de recursos necessários para que o projeto “saia do papel”, e seja executado.</p>
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	<p>Os recursos do município não são suficientes para implantação deste projeto, visto a sua magnitude.</p> <p>Contudo, nas ações estão previstas a captação de recursos em outras esferas governamentais, por meio de programas de moradia popular, que serão suficientes para implantação deste projeto.</p>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia dos direitos dos trabalhadores que não tem moradia, assim como outras lutas por direitos constitucionais, tem sido uma luta muito árdua, mesmo estando garantido em partes na constituição, que todo ser humano tem direito aos direitos básicos, porém as leis não têm sido cumpridas, basta observar, o número de trabalhadores sem teto, nas pequenas, médias e grandes cidades, e assim em todos os Estados brasileiros e também no mundo inteiro.

Escolhemos este problema, por ser um problema, que na nossa avaliação, não poderia ter chegado na cidade de Ilha Solteira tão cedo assim, por ser uma cidade planejada como já descrevemos anteriormente, e mesmo sabendo que é um problema de difícil solução, mas dentro das técnicas que a nós foi ministradas durante o curso de especialização, Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, vamos aplicá-las achar a solução e resolver o problema citado.

A moradia adequada foi reconhecida como direito humano desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito Humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas.

Segundo Nelson Saule Júnior, o direito a moradia como responsabilidade do Estado brasileiro, no decorrer das últimas quatro décadas a trajetória dos direitos humanos têm sido marcada pelo fenômeno da constituição de diversas convenções e declarações internacionais estabelecendo organismos e mecanismos de proteção desses direitos, seja de âmbito global ou regional. Ainda de acordo com Enrique Levandowski, “justamente para atender aos anseios e necessidades desse novo homem é que o Estado foi obrigado a abandonar o seu posicionamento passivo e assumir um papel mais ativo, notadamente após a Primeira Guerra Mundial”. Surgiu, assim, o Estado intervencionista, planejador, o Estado prestador de Serviços, entidade que alguns chamam como foi visto, de Estado social de Direito, em oposição ao Estado Liberal de Direito, eminentemente abstencionista.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, fonte inspiradora do sistema de proteção Internacional dos direitos humanos e do direito à moradia como um direito humano, dispõe da seguinte forma no artigo XXV sobre o direito a um padrão

de vida adequado: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle”.

Já segundo Leda Mota e Celso Spitzcovsky; a incorporação do direito à moradia no direito brasileiro, na Constituição Brasileira de 1988 não está explícito é necessário que recorra ao ordenamento jurídico, vejamos.

Ao tratarem da extensão dos direitos e garantias fundamentais, tem o seguinte entendimento: “Ponto sobre o qual não se tergiversa em nossa doutrina é o de ser o rol de direitos estampados no art. 5º do texto constitucional, meramente exemplificativo. E ainda que não fosse o próprio constituinte tratou de disciplinar desta forma como bem observa a leitura do artigo 5º, parágrafo 2º, assim redigido [...]. assim sendo, fica claro que além dos direitos listados nos 77 incisos do art. 5º do texto mágnico, outros poderão ser extraídos desde que compatibilizados com o nosso ordenamento jurídico”.

O Brasil tinha 11,42 milhões de pessoas vivendo em moradias irregulares, morando em favelas, palafitas ou outros assentamentos em 2010. O número corresponde a 6% da população do país e consta do estudo Aglomerados subnormais, realizado com dados do último Censo e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE). E essa estatística só vem crescendo a cada censo que se realiza, segundo, Luciana Nunes Leal e Felipe Werneck, agência Estado 21 de dezembro de 2011.

REFERÊNCIAS

PAGANI, Elaine Adelina. **O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FUNES, Sílvia. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005

MATUS, Carlos. **Seleção de Nós Críticos**. Disponível em: <http://e.exam-10.com/pravo/7073/index.html?page=16>. Acesso em: 05 jun. 2016.

Organizações Civis Internacionais e locais que atuam na defesa de direito a moradia adequada.

Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR)

United Nations Housing Rights Programme (UNHRP)

Habitat International Coalition – HIC

Redes Regionais

Observatório – DESC

Fórum Nacional pela Reforma Urbana – FNRU

ONGs Regionais

Instituto Pólis

Nelson Saule Júnior e Enrique Levandowski. Direito a moradia adequada desde 1994;

Leda Mota e Celso Spitzcovsky. Incorporação do direito a moradia na Constituição Brasileira;

Brasil tem 11,42 milhões vivendo em moradias irregulares; Luciana Nunes Leal e Felipe Werneck, Agência Estado, 21 de dezembro 2011